****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,186, Ano 66 Sexta-feira**

**24 de Setembro de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.567, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021**

Confere nova redação aos artigos 79, 80 e 81 do Decreto nº 59.196, de 29 de janeiro de 2020, que regulamenta os serviços funerários, cemiteriais e de cremação no Município de São Paulo, na conformidade do disposto nas Leis nº 11.083, de 6 de setembro de 1991, nº 14.268, de 6 de fevereiro de 2007, nº 11.479, de 13 de

janeiro de 1994, bem como no artigo 282 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e na Lei nº 17.180, de 25 de setembro de

2019, para o fim de contemplar, na regulamentação, as disposições previstas na Lei nº 17.582, de 26 de julho de 2021.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a instituição, pela Lei nº 17.582, de 26 de julho de 2021, do Programa de Cremação Social;

CONSIDERANDO a necessidade de inclusão de pessoas em situação de rua nas gratuidades previstas no Decreto nº 59.196 de 29 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a existência de registro dos casos e/ou situações nos sistemas de acolhimento da Prefeitura do Município de São Paulo,

D E C R E T A:

Art. 1º Os artigos 79, 80 e 81 do Decreto nº 59.196, de 29 de janeiro de 2020, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 79. A concessão da gratuidade ao munícipe que não tenha condições de arcar com as despesas dos serviços de sepultamento, conforme previsto na Lei nº 11.083, de 6 de setembro de 1991, de exumação, nos termos da Lei nº 14.268, de 6 de fevereiro de 2007, e de cremação, em consonância com a Lei nº 17.582, de

26 de julho de 2021, bem como dos meios e procedimentos a eles necessários, fica regulamentada nos termos deste capítulo.” (NR)

“Art. 80. .............................................................

VI - cessão de gaveta unitária com prazo fixo de 3 (três) anos, insuscetível de prorrogação e de transmissão;

VII – exumação;

VIII – cremação, com a observância dos requisitos previstos nos artigos 44 a 50 deste decreto; e

IX – utilização de câmara fria.

.................................................................” (NR)

“Art. 81. Para os fins deste decreto, será concedida a gratuidade dos serviços referidos no seu artigo 80 ao munícipe que demonstrar:

I - ser membro da família do falecido, com renda mensal familiar “per capita” de até meio salário mínimo nacional, ou renda mensal familiar de até três salários mínimos nacionais, bem como possuir inscrição válida e atualizada no Cadastro Único – CadÚnico, instituído pelo Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007; ou

II – ter sido cadastrado no SISRUA - Sistema de Atendimento ao Cidadão em Situação de Rua nos últimos 12 (doze) meses.

.......................................................................

§ 3º No caso de constatação por servidor, agente social ou profissional de saúde, de cidadão falecido em situação de rua que não cumpra a exigência preconizada no inciso II do “caput” deste artigo, relativamente ao tempo de cadastro no SISRUA, tal condição poderá ser atestada, alternativamente, mediante declaração, para fins de obtenção do benefício da gratuidade previsto no artigo 80 deste decreto.

§ 4º Os restos mortais de pessoas não identificadas ou mesmo que identificadas não tiverem seus corpos reclamados por familiares, bem como dos cidadãos em situação de rua, não deverão ser levados à cremação, mas sepultados, possibilitando a exumação posterior para eventual confirmação de identidade.” (NR) Art. 2º Em decorrência do disposto neste decreto, a ementa do Decreto nº 59.196, de 29 de janeiro de 2020, passa a ter a

seguinte redação:

“Regulamenta os serviços funerários, cemiteriais e de cremação no Município de São Paulo, na conformidade do disposto nas Leis nº 11.083, de 6 de setembro de 1991, nº 14.268, de 6 de fevereiro de 2007, e nº 11.479, de 13 de janeiro de 1994, bem como no artigo

282 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e nas Leis nº 17.180, de 25 de setembro de 2019, e nº 17.582, de 26 de julho de 2021.” (NR)

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 23 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

ALEXANDRE MODONEZI, Secretário Municipal das Subprefeituras

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 23 de setembro de 2021.

**DECRETO Nº 60.568, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

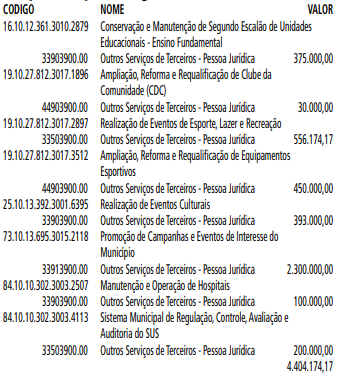
R$ 4.404.174,17 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

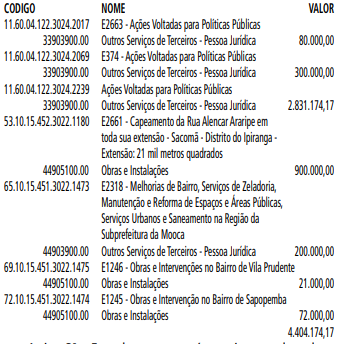
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e da Secretaria Municipal de Relações Internacionais,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 4.404.174,17 (quatro milhões e quatrocentos e quatro mil e cento e setenta e quatro reais e dezessete centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 23 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 23 de setembro de 2021.

**PORTARIAS**

**PORTARIA 159, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021**

**PROCESSO SEI Nº 6064.2021/0001342-7**

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito, usando das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso I, alínea “b”, do Decreto 58.696, de 3 de abril de 2019,

RESOLVE:

Designar o senhor ARMANDO DE ALMEIDA PINTO JUNIOR,

RF 886.006.8, para, no período de 1º a 15 de outubro de 2021, substituir a senhora ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT, RF 798.131.7, no cargo de Secretário Municipal, símbolo SM, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, à vista de seu impedimento legal, por férias.

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito

**DESPACHOS DO PREFEITO**

**6064.2021/0001342-7** - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO – ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT - RF 798.131.7 - Férias

- AUTORIZO o usufruto de 15 (quinze) dias de férias, a partir de 01/10/2021, referente ao exercício de 2019, a senhora ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT, RF 798.131.7, Secretária Municipal, Referência SM, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

**SECRETARIAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2020/0001036-1**

I – No exercício das atribuições que me foram delegadas

por meio da Portaria 038/2013/SDTE-GAB, de 25 de setembro de 2013, à vista dos elementos que instruem o processo em epígrafe, em especial manifestação e providências da Supervisão de Execução Orçamentária e Financeira, doc. 052329127, e à luz do disposto no Decreto Municipal 60.052, de 14 de janeiro de 2021, AUTORIZO a emissão de nota de empenho e da competente nota de liquidação e pagamento em favor da empresa ARK TEC GUARDA DE DOCUMENTOS S/A, CNPJ 65.689.895/0001-69, no valor de R$ 3.045,38 (três mil quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos), onerando a dotação orçamentária n. 30.10.11.122.3024.2100.33909200.00 do orçamento vigente, para o pagamento da despesa correspondente ao mês de dezembro de 2020, a título indenizatório, pela prestação de serviços de guarda, armazenamento, conservação, arquivamento, transporte e gerenciamento de documentos dos arquivos permanentes e ativos produzidos por esta Secretaria Municipal, observado, no que couber, as disposições contidas nas Leis Complementares 101, 4 de maio de 2000, e 131, de 27 de maio de 2009.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**SEI nº8110.2021/0000460-0**

INTERESSADO: Telefônica Brasil S/A

ASSUNTO: Contratação de serviço de telefonia móvel pessoal (voz e dados), com a disponibilização de terminais móveis em regime de comodato (celular, smartphone, modem e sim cards). Contrato nº 07/Fundação Paulistana/2017.Notificação por atraso de entrega de material. Penalidade. Aplicação.

I – No uso das atribuições legais a mim conferidas, a vista dos elementos contidos no presente, considerando que o prazo para defesa prévia transcorreu “in albis”, bem como na manifestação conclusiva da Assessoria Jurídica (SEI 052410869), a qual adoto como razão de decidir, APLICO a penalidade a empresa Telefônica Brasil S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 02.558.157/0001-62, por demora na troca dos aparelhos celulares, conforme determina o item 12.1.3, caput do Contrato 07/Fundação Paulistana/2017(SEI 3262847), visto o atraso de 146 (cento e quarenta e seis) dias. A multa contratual perfaz o valor de R$ 112,60 (cento e doze reais e sessenta centavos).

**SERVIDORES PAG. 33**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

PROCED

R. MARIA PAULA, nº 270 - Bela Vista - São Paulo - SP | TEL

3396-1833.

**E-MAIL: pgmprocedcartorio@prefeitura.sp.gov.br**

PROCED-111

**INTIMAÇÃO DE SERVIDORES – PROCED 111**

Fica(m) intimado(s) a participar das audiências por videoconferência de PROCED perante CPP 111, no dia e hora assinalados e que fiquem à disposição da Comissão, sob pena de suspensão de seu pagamento, nos termos do art. 40 do Decreto 43.233/03, a fim de prestar depoimento o(s) seguinte(s) servidor(es):

**PA SEI 6021;2021/0040244-5| SINDICÂNCIA | CPP 111**

**Dia 05/10/2021**

15h - DENISE FRUTUOSO DOS SANTOS, RF 804.115.6;

Cargo: Diretora de escola; Lotação: SME/EMEI Recanto dos Humildes I

**Dia 06/10/2021**

13h - MARIA JOSÉ MOREIRA, RF 751.797.1; Cargo: Professora de educação infantil e ensino fundamental CAT 3;

Lotação:SME/ EMEF Badra 14h15 - LÚCIA SANTANA PEREIRA, RF 779.658.7; Cargo:

Professora de educação infantil CAT 3; Lotação: SME/CEI Recanto dos Humildes.

**Obs:**

I – Devido a pandemia da COVID-19, será necessário providenciar o cadastro externo no SEI (obrigatório), para assinatura e audiência por videoconferência no link: **sei.prefeitura. sp.gov.br/credenciamento.**

II – No dia da audiência, por meio de uma conexão de internet estável, a testemunha deverá colocar-se à disposição da Comissão a partir do horário designado para sua oitiva, sendo certo que o acesso à sala virtual será feito via link a ser enviado por esta CPP ao e-mail anteriormente fornecido;

III - O(s) advogado(s) e as testemunhas que porventura sejam arroladas deverão portar documento de identificação oficial com foto no momento da videoconferência, o qual será exibido à câmera quando solicitado;

IV – Enviar urgente o email cadastrado no usuário externo do SEI e número de telefone pessoais para:

**pgmprocedcpp111@prefeitura.sp.gov.br** **com cópia**

**para pgmprocedcartorio@prefeitura.sp.gov.br** para contato da CPP-111, contendo orientações sobre o depoimento nas audiências por videoconferência, dúvidas entrar em contato nos telefones: 3396-1894, 3396-1830 e 3396-1883.

**REDESIGNAÇÃO DE INTIMAÇÃO DE SERVIDORES –**

**PROCED 111 FICA REDESIGNADA** a audiência do dia 07/10/2021às 13h, para o dia 27/10/2021, às 13h, ref. ao **PA SEI 6021.2021/0031380-9,** conforme abaixo:

JOSÉ ANTONIO VARELA QUEIJA, RF 741.571.1/8; Lotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

E TRABALHO – SMDET.

DESPACHO: À defesa, para ciência da audiência acima designada para o dia 27/10/2021, às 13h.

ADVOGADOS: LUCIANA MARA DUARTE, OAB/SP 314.840.

**LICITAÇÕES PAG. 45**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DA SECRETÁRIA**

**6064.2017/0000482-0**

I – À vista dos elementos de convicção contidos no presente, em especial as manifestações da Supervisão de Administração, do Departamento de Administração e Finanças, da Contratada e da Assessoria Jurídica desta Pasta, que ora acolho e adoto como razão de decidir, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/1993, c/c a Lei Municipal 13.278/2002 e o Decreto 44.279/2003, **AUTORIZO** o aditamento do Contrato 022/2017/SMTE celebrado com a sociedade empresária limitada **PIERCOFFEE BR SERVICES & FACILITIES LTDA,** CNPJ 23.465.762/0001-69, cujo objeto é prestação de serviço de locação com concessão de equipamento de autosserviço (self- -service) para fornecimento de café e de outras bebidas quentes para a SMDET, fazendo constar:

a) a prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, estendendo sua vigência até 31/10/2022, no valor total de 56.448,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), compreendo a quantidade mensal estimada de 4.800 (quatro mil e oitocentas) doses no valor unitário de R$ 0,98 (noventa e oito centavos); e

b) a substituição dos copos utilizados atualmente nas máquinas por copos biodegradáveis, em atendimento a Lei Municipal 17.261, de 13 de janeiro de 2020.

II – AUTORIZO, à luz do princípio da anualidade, a emissão de nota de empenho em favor da Contratada no valor de R$ 9.408,00 (nove mil quatrocentos e oito reais), onerando a dotação orçamentária 30.10.11.122.3024.2100.3.3.90.39.0 0.00 do exercício financeiro vigente, devendo o restante das despesas onerar dotação própria do exercício vindouro, observando naquilo que couber as disposições do Decreto Municipal 60.052/2021 e as Leis Complementares 101/2000 e 131/2009.

III **– DESIGNO**, em atendimento ao art. 67 da Lei 8.666 e aos arts. 4º e 5º do Decreto Municipal 54.873/2014, a partir da publicação deste despacho, o servidor Adriano Rocha Kurzempa, RF 777.923.2, para exercer as atividades de fiscal titular em substituição ao senhor Silvanei Dutra dos Santos, RF 840.009.1, com a manutenção da servidora Antonieta Laudonio Marcondes Pedroso, RF 780.085.1, no exercício das atividades de fiscal substituta, e, para exercer as atividades de acompanhamento e gestão, designo a Supervisão de Contratos, Convênios e Parcerias do Departamento de Administração e Finanças desta Pasta, em substituição aos senhores Antonio Afonso de Miranda, RF 515.500.2, e Valdemar de Morais Silva, RF 793.234.1.

**6064.2017/0000338-6**

I – No exercício da competência que me foi confiada pela Lei Municipal n. 13.164/2001 e pelo Decreto Municipal n. 58.153/2018, à vista dos elementos de convicção contidos no presente, em especial, as manifestações do Gestor do Contrato, da Supervisão de Execução Orçamentária e Financeira e da Assessoria Jurídica, que ora acolho e adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, c/c a Lei Municipal 13.278/02 e Decreto n.º 44.279/03, o aditamento do Contrato n. 021/2017/SMTE

celebrado com a **JUMPER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI,** CNPJ n. 26.886.266/0001-77, com objeto de prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada em unidades da COSAN, para fazer constar:

Onde se lê:

“[...]- Prorrogação do prazo contratual, com aplicação de reajuste, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 11/10/2022, ou até a conclusão do processo licitatório, sendo o valor do ajuste mensal é de R$ 93.396,00 (noventa e três mil trezentos e noventa e seis reais), perfazendo o valor total anual de R$ 1.120.428,00 (um milhão, cento e vinte mil quatrocentos e vinte e oito reais).”

Leia-se:

“[...]- Prorrogação do prazo contratual, com aplicação de reajuste, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 11/10/2022, ou até a conclusão do processo licitatório, sendo o valor do ajuste mensal é de R$ 93.369,00 (noventa e três mil trezentos e sessenta e nove reais), perfazendo o valor total anual de R$ 1.120.428,00 (um milhão, cento e vinte mil quatrocentos e vinte e oito reais).”

II – Por fim, RATIFICO os demais termos prolatados no Despacho Autorizatório sob n. 051717299.